

GESTÃO E AVALIAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR: feições e sentidos na materialidade da ação¹

Maria Inês Viégas Corrêa
Especialista em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico
Docente da Rede Municipal de Abaetetuba/PA
ines@crisotrabalhador.org.br

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira
Doutoranda em Educação/Universidade Federal do Pará
ms-per@bol.com.br

RESUMO

O texto evidencia implicações presentes na gestão escolar apartir da avaliação do ensino articulada à avaliação institucional, no cotidiano de uma escola estadual em Abaetetuba/PA, reveladas a partir de pesquisa empírica e documental. Objetiva interpretar as diferentes concepções que emanam da avaliação realizada por meio do Conselho de Classe sob a coordenação da equipe de gestão, bem como refletir e analisar, a partir da materialidade da ação, as diferentes mediações que imprimem à dinâmica da prática escolar. Atualiza o debate já empreendido sobre a mesma instituição há 5 (cinco) anos passados problematizando o instrumento como mecanismo de gestão democrática. As evidências apontam a predominância de desafios revelados no estudo anterior para efetivar a atividade enquanto processo para todos os sujeitos da ação escolar, subjacentes à presença de tendências autoritárias do coletivo educacional que inviabilizam uma educação em perspectiva da emancipação humana.

Palavras-chave: Gestão. Avaliação. Colegiado. Prática escolar.

Introdução

Trata-se de estudo empírico e documental realizado em uma escola estadual da rede pública de Abaetetuba/PA, cuja análise considerou uma pesquisa sobre a atuação do Conselho de Classe enquanto instrumento de gestão democrática realizada por Corrêa, Gomes e Both (2011), que somado a pesquisa atual, atualiza o debate outrora realizado, acrescido da análise acerca das implicações presentes na ação de avaliação do processo de ensino enquanto dimensão articulada à Avaliação Institucional, com o objetivo de interpretar as diferentes concepções que emanam da prática de avaliação educacional realizada por meio do Conselho de Classe sob a coordenação da equipe de gestão, bem como refletir e analisar, a partir da materialidade da ação as diferentes mediações que imprimem à dinâmica da prática escolar.

A análise priorizou a vivência cotidiana no interior da instituição educacional que, como membros da equipe escolar responsáveis pela direção e coordenação das atribuições agrupadas sob

¹ Texto decorrente de pesquisa empírica e documental realizada no cotidiano escolar de uma instituição de ensino estadual que funciona sob a forma de Comodato e Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Educação e uma Associação Social sem fins lucrativos, desenvolvida sob a orientação do Professor Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento, Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Sociedade Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e na educação do Campo – GEPESEED/UFPA.

a função da gestão² desenvolvemos diariamente em relações com outros sujeitos sociais ali presentes no desenvolver da dinâmica educacional. Assim como se valeu de depoimentos registrados em memórias de reuniões dos diferentes sujeitos que compõem o espaço escolar. As análises revelam que a consolidação da prática de gestão escolar alicerçada em perspectiva democrática, em vista da efetivação de uma “comunidade democrática de aprendizagem” atinge avanços, mobiliza ações propositivas, mas encontra recuos desencadeados pela própria lógica desigual arraigada da sociedade que não fortalece o desenvolver de uma formação na perspectiva da emancipação humana.

Um início de diálogo: as feições da gestão e da avaliação

Com base na prática de gestão sinalizada por Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) e no entendimento de educação escolar apresentado por Vasconcelos (2007) é que este texto se ancora para problematizar as diferentes compreensões que a prática da gestão escolar absorve no cotidiano da instituição educativa.

[...] entendemos que educação escolar é um sistemático e intencional processo de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho com o conhecimento e na organização da coletividade, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua totalidade – consciência, caráter, cidadania -, tendo como mediação fundamental o conhecimento que possibilite o **compreender**, o **usufruir** ou o **transformar** a realidade (negrito no original) (VASCONCELOS, 2007, p. 98).

Considerando que a qualidade do ensino, razão de ser da escola, envolve todo o processo de funcionamento da instituição e que este processo não se faz ao acaso, tampouco deslocado da realidade, mas atrelado a uma concepção de educação, de sujeito, de currículo, de conhecimento, de avaliação e de gestão, e que a prática desta é que mobiliza as demais dimensões com foco na qualidade do ensino tendo como horizonte uma formação calcada não somente na emancipação política, mas na emancipação humana³.

Paro (2008), ao tratar da gestão democrática da escola pública dá destaque para a participação da comunidade como parte integrante e não restrita aos que habitam no interior da escola sob a condição de funcionários da Escola, pois se assim o for, adverte: [...] corre o risco de

² Essa definição de agrupamento sob a função de gestão é com base em Libâneo, Oliveira e Toschi (2007), os quais definem a gestão como a atividade referente “a todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho (p. 349)”.

³ A concepção de emancipação humana aqui assumida corrobora com a definição de Marx (2002), quando ao analisar as ideias de Bauer sobre a questão judaica na França, define que a emancipação política representa apenas uma das etapas da emancipação humana, necessária, porém, não única para o alcance desta.

constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária (PARO, 2008, p. 16).

Como base nesse pressuposto a equipe de gestão da unidade de ensino, lócus de estudo deste trabalho, na perspectiva de desenvolver o que Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) denominam de “comunidade democrática de aprendizagem” desenvolveram, em observância a Proposta Pedagógica e ao Regimento Interno da instituição uma metodologia de avaliação do processo de ensino – Conselho de Classe - enquanto dimensão da Avaliação Institucional com vistas à consolidação da concepção de gestão democrático-participativa⁴, também defendida pelos autores.

A prática de avaliação se desenvolve desde o ano de 2002, quando a escola iniciou a oferta do Ensino Médio, ocorre alicerçada com a atividade de planejamento anual, constitui-se de uma atividade programada no calendário escolar para realizar-se após o período da 1ª e 3ª avaliação da aprendizagem. Embora englobe todas as dimensões do trabalho educativo no oferecimento do serviço educacional, o período avaliativo da aprendizagem é priorizado em razão da dimensão do processo de ensino, pois se direciona a identificar, acompanhar e redimensionar esta ação tendo em vista a melhoria de sua qualidade. Se efetiva com participação de todos os sujeitos sociais que formam a instituição em um processo em que, simultaneamente, todos avaliam e são avaliados.

A metodologia da atividade, assim como sua própria realização, no decorrer dos anos tendo sido avaliada, buscando-se otimizar a obtenção dos dados de forma a promover a qualidade da informação e o retorno às necessidades em menor tempo possível, uma vez que o foco primordial é a qualidade da oferta do ensino.

Desta feita, no ano de 2011, consideramos que, em razão do aprimoramento técnico do espaço de laboratórios e do quadro funcional disponível, o procedimento de coleta de informações dos discentes, que outrora se realizava no espaço da sala de aula, nos intervalos de estudo, passou a realizar-se no Laboratório de Informática. A alteração metodológica se efetivou também, por solicitação dos próprios sujeitos, portadores da informação, que em diferentes momentos sugeriram que o instrumento comportasse, também, além das perguntas, campos para observações e sugestões abertas, pois consideravam que a forma definida restringia em muitos aspectos as necessidades de

⁴ Para a concepção democrático-participativa, definida por Libâneo, Oliveira e Toschi (2007), há “a [...] necessidade de combinar a ênfase sobre as relações humanas e sobre a participação das decisões com as ações efetivas para atingir com êxito os objetivos específicos da escola.” Cujas apostas se dá pela valorização dos elementos internos do processo organizacional (planejamento, organização, direção e avaliação) em que prioriza o acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos, ações e tomadas de decisões. Essa concepção visa a articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela; tem definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola com vistas a busca de objetividade no trato das questões da organização e da gestão, mediante coleta de informações reais.

particularidades não descritas no instrumento, uma vez que a fala na presença dos colegas e docentes limitava a participação.

Essa necessidade somou-se ao atendimento de uma dificuldade significativa do processo que era a otimização do fator tempo, pois no formato anterior, demandava até um turno inteiro para realização da atividade com uma única turma, em razão de que o registro de cada discente era realizado por uma única pessoa da equipe de gestão, responsável pela coordenação da ação. E, com a realização no espaço do laboratório, sob a autonomia do discente, com utilização individual do computador, aperfeiçoa-se o tempo de realização, contemplando um maior número de turmas por turno de atividade e amplia-se a liberdade avaliativa na exposição dos posicionamentos.

Todavia, como somos diversos, as interpretações também seguem diferentes rumos. A nova metodologia proporcionou à instituição ampliação dos dados de significativa importância para a condução da coordenação das diferentes necessidades do serviço educacional oferecido, com identificação de situações, não diretamente ligadas ao ensino, mas que nele interferem sobremaneira. A ampliação das informações proporcionaram evidências que atenderam positivamente os discentes, equipe gestora e famílias. Entretanto, para alguns membros do corpo docente a metodologia atingiu limites não permitidos sendo retomada à prática de respostas a perguntas previamente definidas no instrumento, sem a possibilidade de considerações, observações ou sugestões.

Uma das falas do corpo docente em reunião de avaliação do instrumento de coleta evidencia bem a concepção desse limite, pois admite a participação do discente, entretanto não o reconhece com propriedade para emitir um parecer avaliativo sobre o ato de ensino: “Concordo que a avaliação do Conselho continue, mas que a palavra do aluno não tenha peso superior ao conhecimento do professor” (Docente).

De outra banda, em reunião do Colegiado Escolar sobre a mesma pauta, a manifestação discente insiste na forma de avaliação acrescida de comentários e observações: “Os comentários são importantes para conhecer a opinião dos alunos” (Discente).

Freitas *et al* (2012) confirmam essas posturas ao evidenciar que a avaliação é um fenômeno que está muito além de uma técnica, que envolve diferentes ângulos, é repleto de trocas de momentos formais e informais, é marcado por relações que extrapolam o espaço da escola, com conexões com a sociedade, que expressa relações de poder, que é um campo de forças abertas a contradições. E, sobretudo, que está diretamente ligado ao fenômeno educacional que é regulado

pelo Estado, portanto, herdeiro de suas formas e lógica de regulação, ou seja, de relações hierarquizadas e estratificadas.

As evidências das percepções dos docentes e discentes sobre a dimensão política que a avaliação proporciona na perspectiva de formar um sujeito crítico, atuante na realidade, assumem rumos distintos. Embora concebamos que no exercício da profissão docente a ação da avaliação, na perspectiva realizada, incorpora, assim como outros procedimentos didáticos, atividade formativa para os diferentes pares sociais, consubstanciada na perspectiva defendida por Freire (2011), de que é na formação do professor que devemos exercitar a reflexão crítica sobre a prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2011, p.43/44), a avaliação de alguns desses sujeitos assim não considera.

Ao nosso olhar, ao não considerar os discentes com condições e maturidade suficientes para realizar apreciação sobre o processo de ensino e o atendimento escolar a ele oferecido, limita o processo formativo na perspectiva de sua atuação social, considerando-os como sujeitos passivos às determinações orquestradas em lógica hierarquizada na qual sua participação se encontra previamente determinada.

Alguns resultados: os diferentes sentidos da ação

Corrêa, Gomes e Both (2011) constataram no estudo realizado sobre a instituição que a iniciativa do Conselho de Classe como estratégia de gestão democrática possibilita amadurecimento político, principalmente nos alunos; respeito mútuo; relações mais dialógicas, horizontais e afetivas entre os membros da comunidade; zelo pelo patrimônio da instituição; participação dos segmentos nas decisões relacionadas ao ensino e a aprendizagem, com significativas implicações na qualidade do ensino. Da mesma forma que evidenciaram que a escola enfrenta muitos desafios para efetivar a atividade em perspectiva democrática, por considerarem a predominância de tendências ideológicas tradicionais, personalistas e autoritárias nesse exercício.

Confirmamos as constatações das autoras na dimensão do foco investigado assumido – a atividade do Conselho de Classe como estratégia de gestão democrática, por também considerar como uma ação promissora à efetivação da perspectiva democrática no serviço educacional. Entretanto, na atualização do debate, 5 (cinco) anos após o estudo realizado, por outro foco de análise, reiteramos seus achados, uma vez que identificamos que, assim como em outras instituições sociais, regulamentadas pelo poder político, mostra-se evidente a resistência da participação dos “governados” nas ações dos “governantes”, fortalecendo a concepção de que compete somente aos

segundos decidir sobre as melhores conduções para os primeiros e assim eximindo-se da vivência do conflito desencadeada pelas evidências dos diferentes olhares.

Salientamos, todavia, que o problema não está na existência do julgamento em si, mas na forma manifesta e em como afeta a relação do discente com a formação e a participação nos processos decisórios sobre a prática escolar e em como emergem diferentes dificuldades em lidar com os resultados de um julgamento não agradável sobre a prática profissional, tornando-se argumentodedefesa alegitar, na coletividade, de que a melhor postura a ser adotada é eliminar as evidências das subjetividades discentes nos instrumentos de formalização do processo de avaliação.

Considerando a definição utilizada por Marx (2002) de que à emancipação humana condiciona-se a liberdade do sujeito e de esta não se encontrar consolidada no alcance da emancipação política, concluimos que a prática escolar e o fenômeno da avaliação, embora comprometidos com a totalidade da formação do sujeito – consciência, caráter, cidadania, na perspectiva deste compreender, usufruir e transformar a realidade, ainda limita-se ao alcance da garantia dos direitos sociais restritos à configuração adotada pela ordem social vigente, uma vez que os próprios sujeitos a mobilizar a transformação ainda não se perceberam enquanto tal e restringem o espaço que possuem fortalecendo a manutenção do *status quo*.

Referências

CORRÊA, Maria Inês Viégas; GOMES, Maria Rosilene Maués e BOTH, Albene Liz Carvalho Monteiro. **O Conselho de Classe como mecanismo de gestão democrática: contribuições, limites e possibilidades**. IN: XX Encontro nacional de pesquisa educacional do norte e nordeste, Manaus/AM, 2011;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011;

FREITAS, Luiz Carlos, SORDI, M. R. L; MALAVASI, M. M. S; FREITAS, H. C. L. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012;

MARX, K. **A questão judaica**. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2002;

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008.